

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973**

Institui o Código de Processo Civil.

**O Presidente da República**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I  
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

.....

TÍTULO VII  
DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

.....

CAPÍTULO III  
DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO  
*\* Capítulo nominado pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.*

.....

Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

*\* Artigo com redação dada pela Lei nº 10.444, de 07/05/2002.*

Art. 281. Findos a instrução e os debates orais, o juiz proferirá sentença na própria audiência ou no prazo de dez dias.

*\* Artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.*

.....

TÍTULO X  
DOS RECURSOS

.....

CAPÍTULO VI  
DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O SUPERIOR TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA

*\* Capítulo VI com denominação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994.*

.....

Seção II  
**Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial**  
*\* Seção II com denominação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994.*

.....

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

*\* Artigo, caput, acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

*\* § 1º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

*\* § 2º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

*\* § 3º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

*\* § 4º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

*\* § 5º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

*\* § 6º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão.

*\* § 7º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

*\* Artigo, caput, acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

*\* § 1º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

*\* § 2º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

*\* § 3º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

*\* § 4º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

§ 5º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.

*\* § 5º acrescido pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006.*

.....  
.....